

CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A.
(anteriormente denominada CCB - Cimpor
Cimentos do Brasil Ltda.)

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de março de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcisio Luiz dos Santos

Contador

CRC nº 1 SP 207626/O-0

CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2012	31.12.2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.084.862	18.700	Fornecedores	13	88.728	104.013
Contas a receber	4	125.485	117.931	Empréstimos e financiamentos	14	7.218	31.785
Estoques	5	139.056	143.292	Debêntures	14	1.824	-
Impostos a recuperar	6	17.636	26.419	Salários e encargos sociais		19.570	20.063
Outras contas a receber	7	8.070	7.580	Impostos e contribuições a recolher		31.154	34.345
Despesas do exercício seguinte		4.736	3.855	Juros sobre o capital próprio a pagar	15	-	25.500
Total do ativo circulante		<u>1.379.845</u>	<u>317.777</u>	Demais contas a pagar	16	13.641	13.340
				Total do passivo circulante		<u>162.135</u>	<u>229.046</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Estoques	5	17.276	18.044	Empréstimos e financiamentos	14	22.541	23.666
Impostos a recuperar	6	12.462	20.973	Debêntures	14	1.200.000	-
Investimentos temporários de caixa (depósitos em garantia)	8	10.536	8.401	Demais contas a pagar	16	16.748	28.742
Depósitos judiciais	9	26.882	34.198	Partes relacionadas	15	125.104	120.380
Outras contas a receber	7	7.374	10.808	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	30.157	54.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	13.916	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	43.086	-
Investimentos		426	402	Outras provisões	18	4.708	5.305
Imobilizado	11	1.040.743	878.853	Total do passivo não circulante		<u>1.442.344</u>	<u>232.573</u>
Intangível	12	203.424	202.853				
Total do ativo não circulante		<u>1.319.123</u>	<u>1.188.448</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19.a)	940.487	940.487
				Reserva de capital		27.059	20.623
				Reservas de lucros		126.943	83.496
				Total do patrimônio líquido		<u>1.094.489</u>	<u>1.044.606</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.698.968</u></u>	<u><u>1.506.225</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.698.968</u></u>	<u><u>1.506.225</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	21	1.759.515	1.626.068
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	22	(1.052.016)	(993.836)
LUCRO BRUTO		<u>707.499</u>	<u>632.232</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	22	(174.304)	(160.189)
Administrativas	22	(55.499)	(66.517)
Remuneração dos administradores	22	(1.861)	(1.849)
Equivalência patrimonial		24	118
Outras receitas (despesas) operacionais	22	<u>26.044</u>	<u>(17.306)</u>
		(205.596)	(245.743)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>501.903</u>	<u>386.489</u>
Despesas financeiras	23	(60.125)	(21.766)
Receitas financeiras	24	36.407	16.983
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA			
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		478.185	381.706
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.b)	(104.584)	(78.157)
Incentivo fiscal - lucro da exploração	10.b)	6.436	8.832
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b)	(51.176)	(31.371)
LUCRO LÍQUIDO		<u><u>328.861</u></u>	<u><u>281.010</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	328.861	281.010
Outros resultados abrangentes-		
Ajustes de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros		
Líquidos dos efeitos tributários	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>328.861</u>	<u>281.010</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Subvenção para investimentos	Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		940.487	11.791	9.683	35.925	-	997.886
Lucro líquido		-	-	-	-	281.010	281.010
Destinação do lucro líquido:							
Reserva de incentivos fiscais		-	8.832	-	-	(8.832)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(58.600)	(58.600)
Lucros distribuídos		-	-	-	-	(175.690)	(175.690)
Reserva de lucros		-	-	-	37.888	(37.888)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		940.487	20.623	9.683	73.813	-	1.044.606
Lucro líquido	19.b)	-	-	-	-	328.861	328.861
Destinação do lucro líquido:							
Reserva de incentivos fiscais	19.b)	-	6.436	-	-	(6.436)	-
Juros sobre o capital próprio	19.b)	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Lucros distribuídos	19.b)	-	-	-	(37.783)	(221.195)	(258.978)
Reserva legal		-	-	16.443	-	(16.443)	-
Reserva de lucros	19.b)	-	-	-	64.787	(64.787)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		940.487	27.059	26.126	100.817	-	1.094.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2012	31.12.2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		478.185	381.706
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11 e 12	84.008	80.725
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	664	1.204
Equivalência patrimonial		(24)	(118)
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados	11 e 12	4.582	2.895
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos		27.064	13.511
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	(24.920)	14.935
Outras provisões	18	5.826	(517)
Outros		-	(2)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(8.218)	(13.782)
Estoques		5.004	(35.201)
Investimentos temporários de caixa (depósitos em garantia)		7.316	(1.931)
Impostos a recuperar		17.294	(14.895)
Demais contas a receber		2.944	18
Outros		(881)	(8.102)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(15.285)	27.270
Salários e encargos sociais		(493)	1.676
Impostos e contribuições a recolher		(3.191)	19.051
Partes relacionadas		4.724	-
Demais contas a pagar		(11.693)	(13.990)
		572.906	454.453
Imposto de renda e contribuição social pagos		(98.148)	(73.321)
Juros pagos		(18.961)	(1.893)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>455.797</u>	<u>379.239</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições ao imobilizado	11	(247.872)	(186.114)
Adições ao intangível	12	(3.179)	(4.526)
Aplicações financeiras de longo prazo		(2.135)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(253.186)</u>	<u>(190.640)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(1.231.971)	(9.094)
Captação de empréstimos e financiamentos		2.400.000	23.140
Pagamento de lucros e juros sobre o capital próprio		(304.478)	(322.715)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		863.551	(308.669)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.066.162</u>	<u>(120.070)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.700	138.770
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.084.862	18.700
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.066.162</u>	<u>(120.070)</u>
TRANSAÇÃO QUE NÃO AFETA O CAIXA			
Adições ao imobilizado		-	17.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada CCB - Cimpor Cimentos do Brasil Ltda., com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como atividades preponderantes a industrialização e a comercialização de cimento, argamassa, concreto, seus decorrentes e quaisquer correlatos; a extração, o beneficiamento e a industrialização de minerais; a prestação de serviços de destruição (queima) de resíduos industriais; e a participação em outras sociedades, nacional e estrangeira.

Em 29 de maio de 2012, a InterCement Austria Holding GmbH (“InterCement Austria”) anunciou uma Oferta Pública Geral e Obrigatória de Aquisição (“OPA”) para a aquisição da totalidade da CIMPOR Cimentos SGPS, controladora integral da Companhia. Com tal transação, a InterCement Austria passou a ser sua controladora indireta, tendo como sua controladora final a InterCement Participações S.A.

A Companhia possui oito fábricas de produção de cimento, localizadas nos Estados da Paraíba, Alagoas, Bahia (duas), Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul (duas), que produziram 6 milhões de toneladas de cimento em 2012 (5,6 milhões em 2011), comercializadas na sua totalidade no mercado interno. Esses dados de produção não foram examinados pelos auditores independentes.

Além disso, a Companhia possui 37 centrais de produção e comercialização de concreto industrializado e duas unidades produtoras de argamassa, tendo produzido 1,8 milhão de metros cúbicos de concreto e 228 mil toneladas de argamassa industrializada em 2012 (1,7 milhão e 210 mil toneladas em 2011, respectivamente). Esses dados de produção não foram examinados pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo realizáveis até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos valores a receber em face dos riscos envolvidos, visto que itens vencidos há mais de 180 dias são integralmente provisionados, com base na política adotada pela Companhia, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

c) Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, e, caso os valores de realização sejam inferiores, uma provisão para perda é registrada. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos de manufatura. A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

d) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Os passivos de imposto de renda e contribuição social correntes provisionados são calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas de encerramento dos exercícios, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, contabilizados pelo valor líquido de incentivos fiscais. Os benefícios da isenção e redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração, decorrentes das atividades exercidas em sua área incentivada, são primariamente contabilizados a crédito da despesa de imposto de renda no resultado do exercício e, posteriormente, são alocados como reserva de capital específica, através da destinação do lucro do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, na extensão em que a sua realização seja provável.

Para a constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi utilizada a taxa nominal de 34%, sendo 15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

f) Imobilizado

Registrado ao custo ou ao valor justo e deduzido da depreciação acumulada. Durante o ano 2010, nos termos do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre Aplicação Inicial - Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Companhia procedeu à revisão da vida útil remanescente, definindo novas taxas de depreciação aplicáveis ao início do exercício de 2010, sendo a depreciação calculada pelo método linear segundo vidas uteis mencionadas na nota explicativa nº 11. A Administração efetuou a revisão da vida útil remanescente e concluiu que não houve a necessidade de alteração das taxas utilizadas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos ou as perdas resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábil na data de alienação, sendo registrados pelo valor líquido na demonstração do resultado, como “Outras despesas” ou “Outras receitas”.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são agregados ao valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

g) Intangível

Representa ágios por rentabilidade futura (das unidades incorporadas/adquiridas pela Companhia a partir de 2000 e anteriormente a 2008) e software. Os ágios por rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, em virtude da expectativa de realização de acordo com laudo de avaliação econômica. A partir de 1º de janeiro de 2009, nos termos do pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 11.941/09, o ágio não é mais amortizado, estando sujeito a testes de “impairment” anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por “impairment” é registrada de imediato como perda na demonstração do resultado e não é suscetível de reversão posterior. O custo dos direitos de lavra é amortizado em virtude da reserva estimada do mineral na proporção de sua extração.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

É provisionada mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

j) Provisão paisagística

Representa a estimativa de todos os gastos futuros para a revitalização das áreas atualmente exploradas e ainda a serem exploradas pela mineração do calcário utilizado na produção do cimento, visto que, após o término da extração do minério, a Companhia tem como obrigação legal a recuperação da área degradada. Tal estimativa é descontada a valor presente conforme nota explicativa nº 18.

k) Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base em uma estimativa confiável do valor provisionado.

l) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

i) Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- Não se mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem se mantém controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

ii) Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

iii) Receita de juros

É reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

m) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados como operacional.

Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado na demonstração financeira como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

n) Juros sobre o capital próprio

Registrados para fins de apresentação das demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação; portanto, são considerados como dividendos e não transitam pelo resultado. Como consequência, os juros sobre o capital próprio pago ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados.

o) Receita de vendas

Apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos, e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida.

p) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

q) Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iii) empréstimos e recebíveis; (iv) passivos financeiros classificados como outros passivos financeiros; (v) instrumentos financeiros derivativos; (vi) método dos juros efetivos; e (vii) caixa e equivalentes de caixa. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria.
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos.
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificados como: (1) empréstimos e recebíveis; (2) investimentos mantidos até o vencimento; ou (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii) Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

iv) Passivos financeiros classificados como outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

v) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

vi) Método dos juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

vii) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo.

r) Avaliação de recuperação de ativos

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências sejam identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve a necessidade de constituição de reserva para esse fim.

s) Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

t) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas podem diferir dos resultados efetivos que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos e outras transações, tais como seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis e elaboração de projeções para realização de ativos intangíveis com vida útil indefinida, entre outras.

u) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as “International Financial Reporting Standards - IFRSs” novas e revisadas a seguir:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (iv)
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (ii)
IFRS 11	Negócios em Conjunto (ii)
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades (ii)
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo (ii)
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (i)
Modificações à IFRS 7	Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (ii)

Modificações à IFRS 9 e à IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgação de Transição (iv)
Modificações às IFRSs 10, 11 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (ii)
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados (ii)
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas (b)
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (ii)
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (iii)
Modificações às IFRSs IFRIC 20	Ciclo de Melhorias Anuais aos 2009-2011
	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (ii)

- (i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
- (ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- (iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.
- (iv) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Companhia ainda não avaliou os impactos dessas novas normas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e bancos	3.893	1.864
Aplicações financeiras (*)	<u>1.080.969</u>	<u>16.836</u>
Total	<u>1.084.862</u>	<u>18.700</u>

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados à taxa média de 100,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,3% do CDI em 2011) e são resgatáveis no prazo de até 90 dias por possuírem compromisso de recompra imediata. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado e estão classificados como empréstimos e recebíveis, e, portanto, contabilizados pelo método de “custo amortizado”, ou seja, os juros são reconhecidos pela taxa efetiva de cada instrumento.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Cientes nacionais	134.094	125.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(8.609)</u>	<u>(7.945)</u>
Total	<u>125.485</u>	<u>117.931</u>

O período médio de recebimento na venda de produtos da Companhia é de 20 dias. São cobrados juros sobre as contas a receber a partir do primeiro dia de vencimento, à taxa de 1% ao mês.

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber com base nos valores irrecuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando, inclusive, as garantias prestadas por tais devedores.

A composição das contas a receber por vencimento é como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
A vencer	120.039	111.811
Vencidas:		
Até 60 dias	1.502	3.052
De 61 a 120 dias	2.391	2.153
De 121 a 180 dias	1.553	915
Acima de 180 dias	<u>8.609</u>	<u>7.945</u>
Total	<u>134.094</u>	<u>125.876</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Saldo no início do exercício	7.945	6.741
Reversão de provisão	(2.060)	(1.097)
Constituição de provisão	<u>2.724</u>	<u>2.301</u>
Saldo no fim do exercício	<u>8.609</u>	<u>7.945</u>

5. ESTOQUES

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Matérias-primas	12.550	10.775
Produtos em elaboração	42.353	29.769
Produtos acabados	1.528	1.425
Materiais auxiliares de produção (a)	49.144	74.548
Embalagens	2.469	2.232
Manutenção	40.295	33.743
Suprimentos	635	558
Adiantamentos a fornecedores	<u>7.358</u>	<u>8.286</u>
Total	<u>156.332</u>	<u>161.336</u>
Circulante	139.056	143.292
Não circulante (b)	17.276	18.044

(a) Referem-se substancialmente ao coque (combustível) utilizado no aquecimento dos fornos produtivos para a produção de cimento.

(b) Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reclassificou para o ativo não circulante materiais de manutenção que têm a previsão de utilização após 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2012.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	454	5.305
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	19.789	20.858
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1.956
Programa de Integração Social - PIS (b)	1.199	2.779
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	5.568	12.796
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	<u>3.088</u>	<u>3.698</u>
Total	<u>30.098</u>	<u>47.392</u>
Circulante	17.636	26.419
Não circulante	12.462	20.973

(a) Refere-se ao saldo residual decorrente de antecipações de imposto de renda sobre o lucro real de 2012, que será compensado durante o exercício de 2013.

(b) Constituídos basicamente de impostos a recuperar relativos às aquisições de ativos imobilizados, que estão sendo realizados pela proporção de 1/48 avos.

A Administração da Companhia estima que a compensação dos impostos a recuperar de longo prazo será realizada conforme segue:

Exercício

2014	4.985
2015	<u>7.477</u>
Total	<u>12.462</u>

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Reembolso dos impostos - operação Lafarge	345	979
Adiantamentos a funcionários	1.155	2.296
Entrega futura - venda de concreto	2.942	1.017
Mútuo Ecoblending Ambiental Ltda. (a)	2.956	2.761
Encargos financeiros a apropriar (b)	3.197	5.588
Ressarcimento de sinistro	1.124	719
Venda de ativo imobilizado para Kaioba Equipamentos Ltda.	1.203	1.931
Despesa a ser reembolsada - rede de transmissão CELG (c)	1.667	-
Instrumentos financeiros - derivativos	-	1.874
Outras	<u>855</u>	<u>1.223</u>
Total	<u>15.444</u>	<u>18.388</u>
Circulante	8.070	7.580
Não circulante	7.374	10.808

- (a) Em 15 de março de 2007, foi firmado contrato de mútuo com a Ecoblending Ambiental Ltda., assumindo esta última o compromisso da prestação de serviços de destinação final de resíduos industriais, via coprocessamento. Em conexão com o referido contrato, a Companhia, no período de abril a agosto de 2007, concedeu à Ecoblending um montante de R\$2.000, na forma de empréstimo, com vencimento em 2013, sujeito a juros pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.
- (b) Representados pela despesa a amortizar proveniente do contrato de compra e venda da Cimento Brumado S.A., decorrente da diferença entre o custo de oportunidade do negócio adquirido e o custo efetivo de produção apurado na data da transação, tendo sido o valor original de R\$26.734, o qual vem sendo amortizado/realizado em virtude das entregas de cimento ao vendedor do negócio, Lafarge Brasil S.A.

No exercício de 2012, o montante de R\$2.391 foi amortizado, relativo à entrega de 151.972 toneladas de cimento, permanecendo um saldo a amortizar de R\$3.197 (R\$5.588 em 2011), classificados no ativo não circulante na rubrica “Outras contas a receber”, e R\$2.566 (R\$2.566 em 2011), no ativo circulante, incluídos na rubrica “Despesas do exercício seguinte”.

- (c) Referente a gastos com a execução da linha de transmissão de energia elétrica da expansão da unidade de Cezarina a serem ressarcidos pela CELG Distribuição S.A.

8. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS DE CAIXA (DEPÓSITOS EM GARANTIA)

A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, decorrente da postergação parcial do saldo do ICMS a pagar para o Estado de Goiás (vide nota explicativa nº 20.II-a)), os quais, em 31 de dezembro de 2012, apresentavam saldo de R\$10.536 (R\$8.401 em 2011).

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão assim representados:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Trabalhistas	5.580	6.772
Fiscais	17.886	24.194
Judiciais	<u>3.416</u>	<u>3.232</u>
Total	<u>26.882</u>	<u>34.198</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários até o limite considerado passível de realização pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Ativo:		
Provisão para recuperação paisagística, líquida do valor incluído no imobilizado	1.431	1.371
Provisão para riscos trabalhistas	1.719	2.748
Provisão para riscos fiscais	8.534	17.604
Amortização do ágio com base em rentabilidade futura - Regime Tributário de Transição - RTT (Lei nº 11.941/09)	8.121	36.720
Provisão para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	-	5.229
Outros	<u>248</u>	<u>1.350</u>
Total do ativo	<u>20.053</u>	<u>65.022</u>
Passivo:		
Ajuste a valor presente - dívida Lafarge	(610)	(1.265)
Ajuste a valor presente - incentivo Fomentar	(21.428)	(17.237)
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	(7.990)	(8.891)
Reavaliação da vida útil do imobilizado - RTT (Lei nº 11.941/09)	(33.111)	(23.076)
Outros	<u>-</u>	<u>(637)</u>
Total do passivo	<u>(63.139)</u>	<u>(51.106)</u>
Total líquido classificado no ativo (passivo) não circulante	<u>(43.086)</u>	<u>13.916</u>

b) Reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal

A reconciliação da despesa do IRPJ e da CSLL no resultado entre a alíquota nominal e a efetiva pode ser demonstrada como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	478.185	381.706
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(162.583)	(129.780)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Juros sobre o capital próprio	6.800	19.924
Incentivo fiscal - lucro da exploração	6.436	8.832
Outras diferenças	<u>23</u>	<u>328</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(149.324)</u>	<u>(100.696)</u>
Correntes	(98.148)	(69.325)
Diferidos	(51.176)	(31.371)

11. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31.12.2012		31.12.2011
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	25.305	-	25.305
Edificações e benfeitorias	3 a 50 - 23	472.197	(212.345)	259.852
Instalações	1 a 20 - 10	194.788	(118.861)	75.927
Máquinas e equipamentos	2 a 50 - 24	1.043.819	(629.595)	414.224
Móveis e utensílios	10 a 33 - 10	11.355	(7.513)	3.842
Veículos	2 a 16 - 10	100.055	(65.978)	34.077
Bens de informática	20 a 33 - 20	12.860	(10.223)	2.637
Outros bens em operação	4 a 20 - 10	27.054	(11.085)	15.969
Adiantamento à imobilização	-	77.398	-	77.398
Obras em andamento	-	<u>131.512</u>	-	<u>131.512</u>
Total		<u>2.096.343</u>	<u>(1.055.600)</u>	<u>1.040.743</u>

A movimentação do imobilizado foi como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo em 1º de janeiro	878.853	755.740
Adições	247.872	203.409
Depreciação	(81.406)	(77.403)
Valor residual do imobilizado baixado	<u>(4.576)</u>	<u>(2.893)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.040.743</u>	<u>878.853</u>

A partir de 2010, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e pela interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre Aplicação Inicial - Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Companhia efetuou a revisão da vida útil dos seus ativos imobilizados nas classes de edificações e benfeitorias, instalações, veículos, máquinas e equipamentos, que resultou em uma redução da depreciação com relação às taxas de depreciação que vinham sendo praticadas até 2009.

12. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31.12.2012		31.12.2011
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Rentabilidade futura	(b)	342.567	(257.429)	85.138
Software	5	27.697	(23.243)	4.454
Direitos de lavra	(a)	118.236	(5.135)	113.101
Outros		<u>9.527</u>	<u>(8.796)</u>	<u>731</u>
Total		<u>498.027</u>	<u>(294.603)</u>	<u>203.424</u>

- (a) Exaustão registrada de acordo com os volumes de extração mensal em relação ao volume total previsto da reserva mineral.
- (b) Os valores relativos à rentabilidade futura foram gerados das seguintes aquisições, os quais foram amortizados até 2008 com base em uma taxa anual de amortização de 10%:

	31.12.2012 e 2011		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Reorganização societária - agosto de 1998 - incorporação ENASA, SPC, SCB e SCS	40.492	(40.492)	-
Aquisição de centrais de concreto da Usimix - agosto de 1998	2.284	(2.284)	-
Aquisição de central de concreto da Concretel - outubro de 1999	564	(564)	-
Reorganização societária - junho de 2000 - incorporação da Goiás (i)	114.012	(97.651)	16.361
Ágio de incorporação da Cimento Brumado - outubro de 2002 (ii)	169.209	(109.226)	59.983
Aquisição de centrais de concreto da Concrebrás - dezembro de 2004 (iii)	3.193	(2.611)	582
Aquisição de centrais de concreto da Concrearte - julho de 2005 (iv)	1.439	(997)	442
Aquisição de centrais de concreto da Embu - abril de 2006 (v)	4.052	(1.892)	2.160
Aquisição de centrais de concreto da Concrepac - novembro de 2005 (vi)	1.282	(811)	471
Aquisição de centrais de concreto da Embu - janeiro de 2007 (vii)	2.825	(847)	1.978
Aquisição de central de concreto da Polimix - julho de 2008 (viii)	<u>3.215</u>	<u>(54)</u>	<u>3.161</u>
Total	<u>342.567</u>	<u>(257.429)</u>	<u>85.138</u>

- (i) Em junho de 2000, em consequência da operação de incorporação da Companhia de Cimento Goiás, a Companhia apurou ágio relativo à expectativa de rentabilidade futura de R\$114.012.
- (ii) Em outubro de 2002, foi incorporada a totalidade do capital social da Cimento Brumado S.A., sendo inicialmente apurado ágio relativo à expectativa de rentabilidade futura de R\$171.645 com subsequente redução de parte do ágio constituído sobre rentabilidade futura, no montante de R\$2.436, passando o valor desse ágio para R\$169.209.
- (iii) Em dezembro de 2004, a Companhia adquiriu ativos de três centrais de concreto no Estado do Rio Grande do Sul, da Sita Concrebrás S.A., gerando ágio de R\$3.193.
- (iv) Em julho de 2005, a Companhia adquiriu os ativos da Concrearte Concreto e Artefatos de Cimentos Ltda., no Estado de Goiás, gerando ágio de R\$1.439.
- (v) Em abril de 2006, a Companhia adquiriu três centrais de concreto da Embu Empreendimentos Ltda., no Estado de São Paulo, gerando ágio de R\$4.052.
- (vi) Em setembro de 2005, a Cia. Paraíba de Cimento Portland - Cimepar adquiriu os ativos de três centrais de concreto, da Concrepac Engenharia de Concretos Ltda., nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, gerando ágio de R\$1.282.
- (vii) Em janeiro de 2007, dando continuidade ao processo de expansão no negócio de concreto, a Companhia adquiriu da Embu Empreendimentos Ltda. ativos de três centrais de concreto no Estado de São Paulo, gerando ágio de R\$2.825.
- (viii) Em julho de 2008, a Companhia adquiriu da Polimix Concreto Ltda. ativos de uma central de concreto no Estado de São Paulo, gerando ágio de R\$3.215.

Esses ágios foram fundamentados em laudos de avaliação econômica, elaborados por peritos independentes pelo critério de fluxo de caixa descontado, os quais vinham sendo amortizados até 31 de dezembro de 2008, por prazos que correspondiam à expectativa de geração de resultados futuros estimados. Tais saldos continuam sendo amortizados para fins fiscais, conforme permitido pela legislação fiscal vigente, e os respectivos imposto de renda e

contribuição social diferidos, no montante de R\$101.171 em 2012 (R\$78.398 em 2011), foram constituídos conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.a). A Companhia analisou a recuperação de ativos e concluiu que nenhum ajuste é requerido em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

A movimentação do intangível foi como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo em 1º de janeiro	202.853	201.651
Adições	3.179	4.526
Amortização	(2.602)	(3.322)
Valor residual do intangível baixado	<u>(6)</u>	<u>(2)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>203.424</u>	<u>202.853</u>

13. FORNECEDORES

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Fornecedores nacionais (a)	45.075	59.878
Fornecedores do exterior	1.566	1.083
Prestadores de serviços (b)	<u>42.087</u>	<u>43.052</u>
Total	<u>88.728</u>	<u>104.013</u>

(a) Representados principalmente por fornecedores de matéria-prima e fornecimento de energia elétrica das unidades fabris no montante de R\$18.888 (R\$20.284 em 2011).

(b) Referem-se principalmente a gastos com frete no transporte dos produtos vendidos e por gastos relacionados à movimentação de minério nas unidades fabris, no montante de R\$41.967 (R\$40.602 em 2011).

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

			<u>31.12.2012</u>		<u>31.12.2011</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos finais</u>					
FINIMP (a)			-	-	25.814	-
FINAME	TJLP + 1,1% a.a.	Agosto de 2013	379	-	617	449
Itaú BBA - Fomentar (b)	15,34% a.a.	Dezembro de 2022	5.355	14.574	2.487	14.792
FINAME - "leasing" (c)	TJLP + 3,4% a.a.	Agosto de 2014	1.484	176	2.867	2.159
Incentivo Fomentar	2,4% a.a.	Dezembro de 2020	-	7.791	-	6.266
			<u>7.218</u>	<u>22.541</u>	<u>31.785</u>	<u>23.666</u>
Debêntures (d)			<u>1.824</u>	<u>1.200.000</u>	-	-
			<u>1.824</u>	<u>1.200.000</u>	-	-
Total			<u>9.042</u>	<u>1.222.541</u>	<u>31.785</u>	<u>23.666</u>

(a) Financiamentos de importação de coque com o Banco HSBC S.A e de clínquer com o Banco Itaú S.A. Com a intenção de reduzir a sua exposição à variação cambial, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos. A Companhia efetuou a quitação desse empréstimo durante o exercício de 2012.

- (b) Em 28 de dezembro de 2006, conforme instrumento de cessão de crédito assinado entre a Companhia e o Banco Itaú BBA S.A., foi transferido o título dos créditos relativos à aquisição do incentivo fiscal Fomentar da Cimpor Brasil Participações Ltda., por R\$18.000, para o Banco Itaú BBA S.A., cuja dívida nominal e prefixada correspondia a R\$57.772, com desconto de R\$39.772, o qual será liquidado pela Companhia sem correção. A dívida da Companhia foi descontada a valor presente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, considerando a taxa de oportunidade de 15,34% ao ano, a ser liquidada em parcelas anuais e sucessivas até 2022.
- (c) Refere-se a financiamento de máquinas para expansão da atividade de concreto principalmente pela aquisição de betoneiras, corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais “spread” médio de 3,4% ao ano.
- (d) Em agosto de 2012, a Companhia emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022

O principal será liquidado conforme a tabela a seguir:

<u>Parcela</u>	<u>Datas de pagamento</u>	<u>Percentual pago do valor unitário</u>
1	Agosto de 2017	16,66
2	Agosto de 2018	16,66
3	Agosto de 2019	16,67
4	Agosto de 2020	16,67
5	Agosto de 2021	16,67
6	Agosto de 2022	16,67

Condições restritivas

O contrato exige o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- i) Que sua controladora InterCement Participações S.A. mantenha no encerramento de cada exercício fiscal os indicadores de dívida líquida/“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”.
- ii) Apresentar anualmente as demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2012, tais índices financeiros e exigências adicionais foram cumpridos.

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures registradas no passivo não circulante vencem como segue:

2014	2.546
2015	4.343
2016	3.177
2017 em diante	<u>1.212.475</u>
Total	<u>1.222.541</u>

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está demonstrada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2011	34.593
Captações	23.140
Encargos	8.405
Pagamento de juros	(1.593)
Pagamento do principal	(9.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>55.451</u>
Captações	2.400.000
Encargos	27.064
Pagamento de juros	(18.961)
Pagamento do principal	<u>(1.231.971)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.231.583</u>

15. PARTES RELACIONADAS

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo circulante-		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Cimpor Inversiones, S.A.	-	25.497
Corporación Noroeste, S.A.	-	3
Total do passivo circulante	<u>-</u>	<u>25.500</u>
Passivo não circulante-		
Dívida com empresas do Grupo-		
Cimpor Inversiones, S.A. (*)	<u>125.104</u>	<u>120.380</u>
Total do passivo não circulante	<u>125.104</u>	<u>120.380</u>

(*) Em 2005, a Cimpor Brasil Participações Ltda., antiga “holding” da Companhia, através de contratos de compra e venda, adquiriu da Cimpor Inversiones, S.A. a totalidade das ações de emissão da Cia. de Cimentos do Brasil, Companhia de Cimento Atol e Cia. Paraíba de Cimento Portland - Cimepar, pelo valor total de R\$621.485, sobre o qual incidiram juros calculados à taxa de 6% ao ano.

Em 2006, houve a incorporação das empresas Companhia de Cimento Atol e Cia. Paraíba de Cimento Portland - Cimepar pela Cimpor Brasil Participações Ltda., sendo o montante de R\$539.754 incorporado ao capital e abatido da dívida inicial de R\$621.485, comentada anteriormente. Essa operação foi devidamente registrada no Banco Central do Brasil - BACEN e suportada por parecer jurídico elaborado pelo escritório de advocacia Bulhões Pedreira.

Em 2007, com a incorporação da Cimpor Brasil Participações Ltda. pela Companhia, esta assumiu a dívida que, em 31 de dezembro de 2012, apresentava o saldo de R\$125.104 (R\$120.380 em 2011). Essa dívida não é vinculada a nenhuma moeda estrangeira; portanto, não está sujeita a exposições cambiais, mas a juros simples de 6% ao ano.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os honorários dos administradores foram de R\$1.861 e R\$1.849, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Remuneração dos administradores”. Nesses honorários estão incluídos os benefícios de curto prazo de salários e gratificações (participações no resultado). Os demais benefícios de curto prazo, não monetários, como veículos, moradia e refeição, entre outros, estão incluídos na rubrica “Despesas administrativas”, cujo montante em 2012 foi de R\$922 (R\$906 em 2011). Adicionalmente, a Companhia não propicia a seus administradores benefícios pós-emprego ou de longo prazo, como remuneração baseada em ações e licenças remuneradas, entre outros.

16. DEMAIS CONTAS A PAGAR

	31.12.2012		31.12.2011	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Contas a pagar - Lafarge (*)	12.923	16.208	12.397	28.202
Outras contas a pagar	<u>718</u>	<u>540</u>	<u>943</u>	<u>540</u>
Total	<u>13.641</u>	<u>16.748</u>	<u>13.340</u>	<u>28.742</u>

(*) Saldos referentes à aquisição da Cimento Brumado S.A. em 2002, conforme contrato de compra e venda com a Lafarge Brasil S.A., no valor original de R\$198.300, sendo parte a ser paga mediante a entrega de 1.700.000 toneladas de cimento, valorizado ao preço de custo atual, com previsão de conclusão de entrega no ano 2014.

17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As movimentações na provisão para riscos são como segue:

	<u>2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>2012</u>
Fiscais (*)	41.284	27.085	(8.116)	60.253	-	(36.773)	23.480
Trabalhistas	6.072	2.012	-	8.084	1.041	(4.069)	5.056
Cíveis	<u>16.617</u>	<u>1.553</u>	<u>-</u>	<u>18.170</u>	<u>1.201</u>	<u>(17.750)</u>	<u>1.621</u>
	63.973	30.650	(8.116)	86.507	2.242	(58.592)	30.157
Depósitos judiciais (*)	<u>(40.143)</u>	<u>-</u>	<u>8.116</u>	<u>(32.027)</u>	<u>-</u>	<u>32.027</u>	<u>-</u>
Total	<u>23.830</u>	<u>30.650</u>	<u>-</u>	<u>54.480</u>	<u>2.242</u>	<u>(26.565)</u>	<u>30.157</u>

(*) A Companhia possuía processo relacionado à majoração da alíquota de PIS e COFINS até 2009. Em 2010, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (programa de parcelamento), tendo a conclusão sobre a utilização do depósito judicial para o abatimento de tal dívida ocorrido apenas em 2012; dessa maneira, o saldo do passivo de provisões e do depósito judicial correspondente foi baixado.

A provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis reflete a melhor estimativa da Administração dos valores considerados suficientes para cobrir prováveis perdas com processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios com base em pareceres de assessores jurídicos externos, e são mantidos depósitos judiciais para garantir o direito de recursos em ações de natureza trabalhista e fiscal.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui causas avaliadas como perda possível, conforme demonstrado a seguir, que não estão provisionadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012:

<u>Natureza dos processos</u>	<u>2012</u>
Ambiental	1.384
Cíveis	18.307
Fiscais (i)	462.385
Trabalhistas	14.199
Total	<u>496.275</u>

(i) Essas causas estão relacionadas em sua maioria aos seguintes assuntos:

- (a) Autos de infração lavrados em 2002, principalmente na unidade de João Pessoa, e 2008, na unidade de Goiás, pelo órgão do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, alegando que o critério para definir a base de cálculo utilizada pela Companhia para o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM redundou em montantes recolhidos a menor pela Companhia nos últimos dez anos para as referidas unidades. O montante total das causas dessa natureza é de R\$18.843 em 31 de dezembro de 2012 (R\$18.154 em 2011).
- (b) Auto de infração questionando a dedutibilidade para fins fiscais do imposto de renda e da contribuição social da amortização de valores de ágio pela Companhia, no período de 2006 a 2010, os quais remontam à aquisição de três empresas cimenteiras pelo Grupo Cimpor em 1999.

A alegação central formulada pelas autoridades fiscais foi de que o Grupo Cimpor, após a referida aquisição, teria supostamente incorrido em um “desvirtuamento da figura do ágio e do processo de reorganização societária”, uma vez que o preço do negócio foi originalmente pago por sociedade estrangeira, o que, teoricamente, impediria o Grupo Cimpor de posteriormente “internalizar” os referidos valores de ágio e proceder ao seu aproveitamento fiscal no Brasil.

Além disso, as autoridades fiscais alegam a falta de propósito comercial da Companhia de Cimentos Luso-Brasileira Participações Ltda. (“Luso-Brasileira”), que, em seu entender, seria supostamente caracterizada como mera “empresa-veículo” na estrutura.

Por fim, a fiscalização alegou, ainda, que a Companhia não teria demonstrado devidamente o fundamento econômico do ágio amortizado por ela no período em questão.

Com base nessas alegações principais, foi lavrado auto de infração para glosar as despesas de ágio amortizadas no período de 2006 a 2010 e exigir os valores correspondentes de IRPJ e CSLL, adicionados de multa agravada de 150% e juros calculados à taxa SELIC, totalizando de R\$254.842 (R\$236.428 em 2011).

- (c) Autos de infração pelos quais as autoridades fiscais estão alegando que a Companhia teria tomado indevidamente créditos fiscais de ICMS sobre coque e outros materiais utilizados no processo produtivo do cimento no Estado da Paraíba, cujo montante total autuado foi de R\$33.044. Para esses casos, a Companhia obteve um laudo técnico externo com o entendimento de que 73% do auto de infração (basicamente o coque) se trata de créditos de insumos utilizados efetivamente na produção, ou seja, que os créditos de ICMS seriam legítimos e os demais 23% passíveis de discussão, mas que os prognósticos de perda são possíveis, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Outros

A Companhia e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relacionados a aspectos de defesa da concorrência, em trâmite perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dos quais a Secretaria de Direito Econômico - SDE é parte, e para os quais não há provisão em 31 de dezembro de 2012 em razão do prognóstico de perda, considerado possível.

A SDE e posteriormente o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE deverão avaliar o caso e emitir a sua opinião, que será final no âmbito administrativo. Caso a SDE e o CADE decidam pela condenação da Companhia, as competentes medidas judiciais cabíveis serão tomadas.

O valor da possível perda nesse processo pode variar de 0,1% a 20% do faturamento, do exercício anterior à instauração dos processos administrativos que ocorreram em 2001 e 2007.

A Administração da Companhia e os seus assessores jurídicos entendem que, em razão da existência de argumentos relevantes que devem ser considerados pelas autoridades competentes em todas as instâncias legais aplicáveis, a chance de perda não é provável.

Segundo avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia, as causas descritas nos itens anteriores têm perspectiva de perda possível; portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras da Companhia.

18. OUTRAS PROVISÕES

As movimentações nas outras provisões são como segue:

	<u>2010</u>	<u>Reversões</u>	<u>2011</u>	<u>Reversões</u>	<u>2012</u>
Paisagística (*)	5.799	(517)	5.282	(597)	4.685
Outras	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>23</u>
Total	<u>5.822</u>	<u>(517)</u>	<u>5.305</u>	<u>(597)</u>	<u>4.708</u>

- (*) Refere-se basicamente à provisão de gastos para a recuperação das áreas degradadas por meio de reflorestamento, drenagem e terraplanagem no momento do encerramento da exploração de calcário para a produção do cimento, a qual está descontada a valor presente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2012, a seguinte composição de ações ordinárias nominativas sem valor nominal (cotas em 31 de dezembro de 2011) e capital social:

	<u>Cimpor Inversiones, S.A.</u>	<u>Corporación Noroeste, S.A.</u>	<u>Total</u>
Quantidade de ações	940.391.847	95.188	940.487.035
Capital social em R\$	940.391.847	95.188	940.487.035

O capital estrangeiro está registrado no BACEN, nos montantes de US\$268.754 mil, €94.198 mil e GBP34 mil. A remessa de dividendos, a repatriação e os reinvestimentos externos estão sujeitos à aprovação do BACEN.

b) Distribuição de lucros

Conforme o contrato social, no fim de cada exercício social a Companhia deve deliberar sobre as suas demonstrações financeiras a destinação do lucro líquido e a distribuição de lucros e poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, garantindo aos acionistas a sua participação proporcional.

Assim, com base no lucro do exercício, está apresentada a seguir a potencialidade máxima para distribuição de lucros:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Lucro líquido	328.861	281.010
Incentivo fiscal - lucro da exploração	(6.436)	(8.832)
Reserva legal	<u>(16.443)</u>	<u>-</u>
Lucro-base para distribuição	<u>305.982</u>	<u>272.178</u>
Lucros distribuídos aos acionistas:		
Cimpor Inversiones, S.A.	221.173	175.672
Corporación Noroeste, S.A.	22	18
Juros sobre o capital próprio distribuídos aos acionistas:		
Cimpor Inversiones, S.A.	19.998	58.594
Corporación Noroeste, S.A.	2	6
Reserva de lucros	<u>64.787</u>	<u>37.888</u>
Total	<u>305.982</u>	<u>272.178</u>

20. INCENTIVOS FISCAIS

I - Imposto de renda

A Companhia goza dos seguintes incentivos fiscais de imposto de renda:

a) Centro de Produção de Campo Formoso - BA

Em março de 2003, foi obtido o direito à redução do imposto de renda sobre o resultado da comercialização de até 1.180.000 toneladas de cimento por ano, da unidade fabril, de 75% (alíquota de 25%), com vigência de dez anos, benefício esse retroativo ao ano 2002 e encerrado em 2011.

b) Centro de Produção de Brumado - BA

Em junho de 2002, foi obtido, através de laudo constitutivo, o direito à redução do imposto de renda sobre o resultado da comercialização da totalidade do cimento produzido pela unidade fabril, de forma escalonada até o ano-base 2013, sendo 37,5% em 2002 e 2003, 25% de 2004 a 2008 e 12,5% de 2009 a 2013.

c) Centro de Produção de São Miguel dos Campos - AL

Em março de 2003, foi obtido, através de laudo constitutivo, o direito à redução do imposto de renda sobre o resultado da comercialização de até 1.000.000 de toneladas de cimento por ano, de 75% (alíquota de 25%), com vigência de dez anos, benefício esse retroativo ao ano 2002 e encerrado em 2011.

d) Centro de Produção de João Pessoa - PB

Em dezembro de 2012, foi obtido, através de laudo constitutivo, o direito à redução do imposto de renda sobre sua capacidade produtiva de 1.123.470 toneladas de cimento por ano, de 75% (alíquota de 25%), com vigência de dez anos, benefício esse retroativo a janeiro de 2012 e vigente até 2021.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a receita reconhecida na demonstração do resultado da Companhia, na rubrica “Incentivo fiscal - lucro da exploração”, decorrente dos incentivos de imposto de renda mencionados anteriormente, totalizou R\$6.436 (R\$8.832 em 2011).

II - ICMS

a) Centro de Produção de Cezarina - GO

Possui benefício relacionado com o saldo do ICMS a pagar mensalmente (Fomentar), apurado sobre mercadorias produzidas na unidade fabril de Cezarina, financiado pelo Governo do Estado de Goiás, com prazo de pagamento de 20 anos, sem correção monetária, incidindo juros de 2,4% ao ano.

Em abril de 2003, a Companhia protocolou pleito para a reformulação do projeto de expansão da unidade de Goiás, sendo aprovado pelo Conselho Deliberativo do Fomentar, que resultou no alongamento do período do benefício até dezembro de 2020.

b) Centro de Produção de Campo Formoso - BA

Através da Resolução nº 18/03 do Governo do Estado da Bahia, a Companhia obteve o benefício fiscal denominado “Desenvolve”, o qual permite a dilação do prazo de pagamento em 72 meses, de 80% sobre a parcela mensal do saldo devedor do ICMS mensal a pagar que exceder R\$1.214, corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (R\$821 em 31 de dezembro de 2011). As parcelas apuradas do imposto incentivado serão atualizadas na proporção de 80% da TJLP. Caso a Companhia venha a optar pelo pagamento do imposto após o primeiro ano de carência, ou seja, no 13º mês, será concedido desconto de 80% sobre a parcela a pagar.

c) Centro de Produção de João Pessoa - PB

O Centro de Produção, através do Decreto nº 19.577, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, de 18 de março de 1988, tornou-se beneficiário do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba - FAIN. O Governo do Estado da Paraíba, através dos Decretos nº 24.439 e nº 24.440, que ratificaram a Resolução nº 040, de 9 de junho de 2003, do Conselho Deliberativo do FAIN, prorrogou os incentivos concedidos às empresas do Estado por um período de 15 anos a contar de 30 de setembro de 2003.

Esse incentivo consiste na redução média de 85% do montante de ICMS mensal devido do que exceder a produção de 27.500 toneladas mensais de cimento e, conforme a Resolução nº 020, de 9 de junho de 2003, do Conselho Deliberativo do FAIN, a Companhia deve registrar o referido incentivo como crédito presumido no livro de apuração do ICMS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu receita decorrente dos incentivos fiscais de ICMS, anteriormente comentados, na demonstração do resultado, como dedução da despesa ICMS na rubrica “Receita líquida de vendas e serviços”, no montante de R\$26.283 (R\$22.247 em 2011).

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Receita bruta de vendas de produtos	1.748.970	1.620.990
Receita bruta de vendas de serviços	496.998	457.882
Impostos incidentes sobre vendas, descontos, abatimentos e devoluções	<u>(486.453)</u>	<u>(452.804)</u>
Receita líquida	<u>1.759.515</u>	<u>1.626.068</u>

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e dos custos com base na sua função. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, as informações sobre a natureza dessas despesas e custos estão apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	533.963	528.583
Prestação de serviços, substancialmente de atividades operacionais terceirizadas nas filiais	213.970	209.466
Fretes sobre vendas	167.625	123.470
Eletricidade	126.087	109.950
Despesas com pessoal	142.754	141.616
Depreciação e amortização	84.008	80.725
Provisão (reversão) de riscos fiscais	(24.324)	22.534
Perdas com clientes	2.755	2.300
Remuneração dos administradores	1.861	1.849
Outros	8.937	19.204
Total	<u>1.257.636</u>	<u>1.239.697</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	1.052.016	993.836
Despesas com vendas	174.304	160.189
Despesas administrativas	55.499	66.517
Remuneração dos administradores	1.861	1.849
Outras (receitas) despesas operacionais	<u>(26.044)</u>	<u>17.306</u>
Total	<u>1.257.636</u>	<u>1.239.697</u>

23. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Juros sobre empréstimos intercompanhia	(4.915)	(4.914)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - terceiros	(24.535)	(4.878)
Despesas bancárias	(2.818)	(2.291)
Atualização da dívida Lafarge - aquisição Brumado	(6.955)	(1.115)
Variação cambial importações	(3.608)	(4.698)
Descontos concedidos	(1.006)	(1.631)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(1.874)	-
Despesa com comissões bancárias (*)	(11.999)	-
Outras	<u>(2.415)</u>	<u>(2.239)</u>
Total	<u>(60.125)</u>	<u>(21.766)</u>

(*) Referem-se a despesas com comissões bancárias para emissão de debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

24. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Rendimento sobre aplicações financeiras	22.320	10.839
Variação monetária dos impostos a restituir	2.585	97
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	3.505	1.874
Outras receitas	<u>7.997</u>	<u>4.173</u>
Total	<u>36.407</u>	<u>16.983</u>

25. SEGUROS

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros de forma global nas seguintes modalidades: (a) Responsabilidade Civil Geral; (b) Automóvel Frota - Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos Automotores; (c) Riscos Nomeados e Operacionais, para seu imobilizado líquido exposto aos riscos de incêndio, raio, explosão e implosão de qualquer natureza; e (d) Transporte Internacional - Importação, conforme avaliação de riscos efetuada pela Administração e com o suporte de seus consultores externos. Os valores segurados por modalidade, conforme as apólices de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2012, são os seguintes:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Responsabilidade Civil	31/12/2013	R\$3 milhões
Riscos Nomeados	31/12/2013	R\$128,8 milhões
Veículos	15/11/2013	Variável de acordo com o bem segurado
Transporte Internacional	06/03/2013	US\$7 milhões

As apólices foram renovadas em dezembro de 2012.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras realizadas envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Companhia, principalmente aplicações financeiras com vencimentos de curto e longo prazos, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o saldo desses ativos e passivos financeiros é como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.084.862	18.700
Contas a receber de clientes	125.485	117.931
Passivos financeiros:		
Fornecedores	(88.728)	(104.013)
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(1.231.583)	(55.451)
Partes relacionadas	(125.104)	(120.380)
Exposição líquida passiva	<u>(235.068)</u>	<u>(143.213)</u>

A Administração da Companhia considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, com exceção dos empréstimos com partes relacionadas, correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado, uma vez que os saldos das rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber” e “Fornecedores” possuem prazos curtos de vencimento.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado, que podem afetar os negócios da Companhia, estão apresentados a seguir:

a) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo de gerenciamento das necessidades de investimento e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, principalmente com relação a contas a receber e aplicação de recursos financeiros, incluindo depósitos em conta-corrente e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 4, o qual se encontra líquido da correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, cujos saldos estão mencionados na nota explicativa nº 3.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela Administração para a aplicação financeira em instituições financeiras com boas avaliações de “rating” pelas agências e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e segura.

c) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia são afetados pela volatilidade das taxas de juros, especialmente em relação ao CDI aplicável a caixa e equivalentes de caixa e às taxas de juros Libor e TJLP aplicáveis a empréstimos e financiamentos e debêntures. Para se proteger de eventuais oscilações da Libor, a Companhia optou pela contratação de operações de “swap” até 30 de agosto de 2012 em instituições financeiras.

d) Risco de variação cambial

O resultado da Companhia está suscetível a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos e debêntures atrelados a moedas estrangeiras na modalidade FINIMP, principalmente do dólar norte-americano. Não há passivos monetários expostos à variação cambial em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Até 30 de agosto de 2012, data da liquidação desse empréstimo, para proteger-se desse risco, a Companhia optou pela contratação de operações de “swap” em instituições financeiras.

e) Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2012, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e aqueles expostos a variações do IGP-M, CDI, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e TJLP é conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenários</u>		
		<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
<u>Exposição a índices variáveis</u>				
Aplicações financeiras:				
CDI	Queda do índice	76.208	57.156	38.104
SELIC	Queda do índice	211	263	316
Empréstimos e debêntures:				
CDI	Aumento do índice	84.729	105.911	127.093
SELIC	Aumento do índice	1.637	2.046	2.455

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25% e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013.

27. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e parte de seus funcionários instituíram um plano de previdência privada multipatrocinado com uma empresa privada, o qual teve início em dezembro de 2000. O tipo de plano é o de contribuição definida, podendo o funcionário contribuir ilimitadamente, e a Companhia contribui com percentuais variando de 1% a 6% sobre a folha de salários dos participantes do plano, dependendo da contribuição do funcionário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contribuiu com R\$827 (R\$1.030 em 31 de dezembro de 2011) para esse plano de previdência, integralmente debitados ao resultado.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia examinou e aprovou em 22 de março de 2013 as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
